An aerial photograph showing a wide, brown river flowing through a lush, green tropical landscape. In the foreground, a village with several small houses and buildings is visible, surrounded by dense vegetation and palm trees. The background shows a vast expanse of forest stretching to the horizon under a bright sky with scattered clouds.

# NDCs DA AMÉRICA LATINA E CARIBE: RECOMENDAÇÕES PARA TOMADORES DE DECISÕES

Maio de 2021

**PARA MAIS INFORMAÇÕES,  
ENTRE EM CONTATO COM:**

**Fernanda de Carvalho**

Gerente Global de Políticas de Clima & Energia  
do WWF International [fcarvalho@wwfint.org](mailto:fcarvalho@wwfint.org)

**Shirley Matheson**

Coordenadora Global de Otimização das NDCs  
do Escritório Europeu de Políticas do WWF  
[smatheson@wwf.eu](mailto:smatheson@wwf.eu)

**Agradecemos nossos colaboradores por suas  
contribuições na pesquisa, redação e edição:**

Ann Gardiner, Priscilla Santos, Mandy Jean Woods, Luisa  
Forero, Ximena Barrera Rey, Maria Alejandra Gonzalez  
e Kristin Reissig.

**Revisão técnica da versão em Português**

Renata Camargo (WWF-Brasil)  
Especialista em políticas climáticas



© Shutterstock



## SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
CONTEXTO	5
LIÇÕES APRENDIDAS NA AMÉRICA LATINA	6
1. AMBIÇÃO	6
2. INCENTIVANDO MUDANÇAS SISTÊMICAS	8
3. INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO	9
4. CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
5. MONITORANDO O PROGRESSO	11
6. OPORTUNIDADE PARA UMA RECUPERAÇÃO VERDE	11
ESTUDO DE CASO	13
INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO NA COLÔMBIA	13
17 PAÍSES QUE AINDA NÃO SUBMETERAM SUAS NDCs	15

# DA AMBIÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

A região da América Latina (LAC, sigla em inglês) tem um bom histórico de submissão de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, do inglês “Nationally Determined Contributions”) revisadas e de ampliação das suas metas climáticas. Mas há exceções críticas, mesmo considerando que todos os governos devem colocar seus planos em ação agora, fazendo conexões mais claras entre a proteção do clima, da natureza e das pessoas.

A região da América Latina e do Caribe é um bom exemplo da ameaça imposta pelas mudanças climáticas e das oportunidades que ações climáticas concretas oferecem, sendo uma região vulnerável e rica em biodiversidade. Muitos governos apresentaram planos climáticos ambiciosos, mas, agora, eles precisam transformar esses planos em ações. E aqueles que ainda não o fizeram, devem seguir o exemplo. A região deve estar ciente de que um novo sistema econômico global, moldado pelas questões climáticas, está começando a se formar. Não considerar esse fato significa colocar em risco o desenvolvimento futuro da região.

Neste estudo, o WWF avaliou 15 NDCs as quais determinam as metas para a redução de emissões dos países como parte do processo do Acordo de Paris. Avaliando os planos, consideramos sua ambição e escolhemos olhar além das metas de emissão, mesmo sendo elas tão essenciais. Há outros elementos cruciais nos planos climáticos dos países: como eles possibilitam a adaptação a impactos inevitáveis; como eles contribuem para o desenvolvimento sustentável e uma recuperação verde; se eles são inclusivos; como eles permitem que o progresso seja monitorado; etc.

No geral, governos de toda a região apresentaram bons avanços na intensificação de sua ambição climática dentro desses planos, dos quais as primeiras versões foram elaboradas em 2015, antes dos debates climáticos em Paris. Nós categorizamos cinco deles (Colômbia, Suriname, República Dominicana, Panamá e Costa Rica) como “NDCs que queremos”.

Há duas exceções notórias nesta história positiva. O Brasil e o México não elevaram sua ambição quando comparado às suas NDCs anteriores e poderiam até cumprir suas metas enquanto emitem ainda mais carbono devido a problemas metodológicos. Isso é especialmente desanimador uma vez que essas são as duas maiores economias da região e deveriam estar dando o exemplo.

Além disso, mesmo para os países que elaboraram NDCs louváveis, esse é apenas o primeiro passo de uma longa jornada. Não há tempo a perder para passarmos da ambição à implementação.

As metas dessas NDCs não serão cumpridas sem um esforço de todo o governo, ou melhor, de toda a sociedade.

Legislações precisam ser adotadas. Regulamentações precisam ser elaboradas. Ministérios precisam ser devidamente financiados. E a sociedade civil, o setor privado, os governos locais e o meio acadêmico precisam todos se mobilizar para realizar essas NDCs. Estruturas de gestão participativas devem ser fortalecidas onde já existem ou implementadas onde ainda não existem.

Essa ação promete diversos benefícios e uma maior proteção climática. E, mais importante, ações climáticas bem elaboradas podem ajudar a criar empregos e oferecer crescimento econômico. Elas podem promover saúde pública em áreas urbanas ao reduzir a poluição. E, especialmente na América Latina e no Caribe, elas oferecem o potencial de proteger alguns dos ecossistemas de maior biodiversidade no planeta, como a floresta Amazônica.

Diversos países latino americanos e caribenhos já estão tendo um início positivo nessa jornada, reconhecendo o potencial de vincular ações climáticas à recuperação econômica após a pandemia. Alguns estão relacionando a proteção da natureza e mitigação das mudanças climáticas com a criação de empregos. Esses elementos são vitais e oportunos. A oportunidade de usar as ações climáticas para impulsionar mudanças sistêmicas existe, e todos devemos explorá-la para enfrentar a desigualdade, ter uma recuperação verde e proteger a natureza.

Neste ano crucial para a ação climática, muitos governos na América Latina e no Caribe apresentaram NDCs viáveis e ambiciosas. Mas nem o trabalho, nem o processo, terminam aqui. Eles devem colocar esses planos em prática e começar a mostrar as reduções nas emissões de carbono, os benefícios sociais e a proteção da natureza que precisamos ver. Esperamos que as lições compartilhadas neste relatório os ajudem nessa tarefa de importância fundamental para o nosso planeta.



MANUEL PULGAR-VIDAL  
LÍDER GLOBAL EM CLIMA & ENERGIA DO WWF

# CONTEXTO

A região da América Latina e do Caribe (LAC, sigla em inglês) abrange uma ampla gama de sistemas ecológicos, incluindo sistemas de significância global, como a floresta amazônica

A região apresenta cada vez mais eventos climáticos extremos, como o furacão Iota, em novembro de 2020, que causou danos graves na Nicarágua e em Honduras, além de causar devastação nas ilhas caribenhas da Colômbia, destruindo quase toda a infraestrutura de Providência e causando sérios prejuízos em San Andrés e Santa Catalina. A frequência e magnitude desses tipos de eventos só tende a aumentar com o aumento da temperatura. Eventos climáticos extremos e os impactos mais amplos das mudanças climáticas colocam em risco os ganhos sociais e econômicos já conquistados, com a COVID-19 exacerbando os desafios da região. Além disso, a região enfrenta fragmentação política e desigualdade.

Países da região já começaram a enfrentar as mudanças climáticas, por meio, por exemplo, da proteção das florestas, construção de coalizões multissetoriais e da transição energética. A atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) traz a oportunidade para que todos os países ampliem suas metas e mostrem avanços em outras áreas, como adaptação, desenvolvimento sustentável, participação social e inclusiva, transparência e mecanismos de monitoramento e avaliação. No entanto, conclusões do Relatório de Síntese das NDCs (2021) mostram que, embora determinados países tenham ampliado suas metas de mitigação, o conjunto das metas ainda não é suficiente para assegurar um aumento de temperatura global abaixo dos 1,5°C, como a ciência recomenda. Alguns países ainda devem enviar suas NDCs

novas ou ampliadas antes da Conferência do Clima (COP26), idealmente até 30 de julho de 2021, para que possam constar no relatório de síntese final das NDCs da UNFCCC.

Visando promover a intensificação das NDCs, o WWF desenvolveu a “Lista de NDCs que Queremos” (#NDCsWeWant Checklist, em inglês) para criar um parâmetro atualizado das NDCs enviadas em 2020/21 no que se refere a cinco áreas: I) ambição (de mitigação, adaptação e financeira), II) incentivo a mudanças sistêmicas, III) inclusão e participação social no processo de elaboração das NDCs, iv) contribuição para o desenvolvimento sustentável, e v) mecanismos de monitoramento e avaliação. O uso dessa lista permite que o WWF responsabilize os países e mostre os principais avanços e desafios na implementação do Acordo de Paris. A lista também é usada em conversas abertas com governos sobre como melhorar suas NDCs, criando uma base para uma resposta adequada de longo prazo à crise climática. O WWF também oferece recursos de apoio para a ampliação das NDCs em diversas áreas.

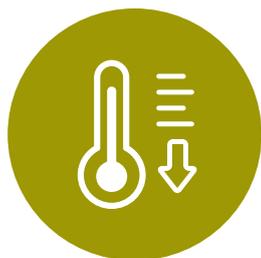
Com a postergação da COP26 para novembro de 2021, os países ganharam uma janela maior para refletir sobre sua ambição e propor metas e medidas mais fortes. Ainda há a oportunidade para que todos os países da LAC reflitam sobre seu progresso regional e sobre os planos de recuperação pós-COVID-19 e apliquem as lições aprendidas para que desenvolvam ainda mais seus compromissos nas NDCs para os próximos anos.

## NDCs dos países LAC



Até dezembro de 2020, 15 países da LAC haviam enviado NDCs novas ou atualizadas. Cinco foram categorizadas pelo WWF como **NDCs Que Queremos** (República Dominicana, Colômbia, Panamá, Costa Rica e Suriname), quatro tem um **Curto Caminho a Seguir** (Argentina, Chile, Equador e Jamaica), outras quatro foram classificadas como **Algum Caminho a Seguir** (Cuba, Peru, Grenada e Nicarágua), uma (México) tem um **Longo Caminho a Seguir** e uma é uma **NDC Que Não Queremos** (Brasil). Com a exceção do Brasil, mesmo onde as NDCs não atendem todos os critérios do WWF para #NDCsQueQueremos, há um ou mais elementos em cada uma delas que mostra progresso na região.

# LIÇÕES APRENDIDAS NA AMÉRICA LATINA

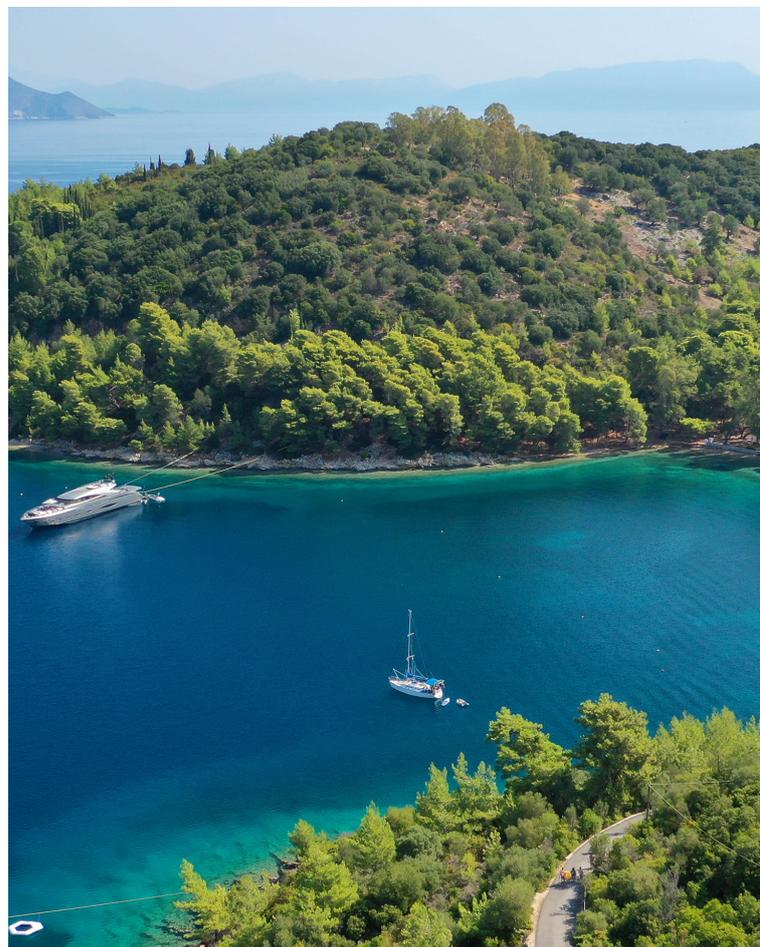


## 1. AMBIÇÃO

### MITIGAÇÃO

#### LIÇÕES

A maioria dos países da região ampliou suas metas de mitigação nas últimas NDCs através, por exemplo, da alteração de metas de intensidade para metas absolutas, como no Chile, ou do aumento do percentual de reduções, como no Peru. Tanto a Jamaica quanto a Colômbia dobraram, aproximadamente, o compromisso de suas NDCs anteriores. Se conseguir implementar todas as políticas previstas, o Chile poderá ter seu pico de emissões em 2023, e não no ano de 2025, como proposto, o que o tornaria um líder nas ações climáticas de acordo com o Climate Action Tracker (CAT). Em contraste, as duas maiores economias da região (Brasil e México) não propuseram maiores compromissos. Embora a meta indicativa do Brasil para 2030 tenha sido convertida para uma meta definitiva, a nova versão da NDC brasileira traz uma mudança na base de cálculo de suas emissões anuais, o que significa que o país poderá emitir 500 MtCO<sub>2e</sub> adicionais até 2025 e 400 MtCO<sub>2e</sub> até 2030 e ainda bater sua meta. O enfraquecimento da NDC brasileira enfrentou a oposição da sociedade civil, e seis jovens ativistas do clima estão processando o governo para que ele apresente uma NDC aprimorada, no lugar da anterior, para estar em conformidade com o Acordo de Paris. Já no caso do México, a ambição foi de fato reduzida, uma vez que foi apresentada a mesma meta percentual, mas em um



parâmetro mais alto, resultando em mais emissões até 2030. Além disso, o ano de pico de 2026 não é mais mencionado.

Das poucas NDCs da região que foram analisadas pelo Climate Action Tracker, a da Costa Rica é a mais ambiciosa, embora não esteja em linha com o aumento de ambição de 1,5°C; de acordo com eles, é um dos poucos países do mundo alinhado ao aumento de 2°C.

O Chile e a Costa Rica se comprometeram com a neutralidade de carbono até 2050, enquanto outros países, como o Peru e a Colômbia, mencionam que as estratégias nacionais para 2050 estão sendo desenvolvidas. Apenas poucos países desenvolveram um plano para alcançar a neutralidade de carbono, incluindo a Costa Rica, que submeteu seu Plano Nacional de Descarbonização (2018-2050) à UNFCCC em 2019.

#### RECOMENDAÇÕES

- Países com economias maiores e, com isso, mais emissões e maior capacidade, devem ampliar sua ambição determinando metas



## ADAPTAÇÃO

### LIÇÕES

A adaptação é especialmente importante em uma região tão vulnerável aos impactos das mudanças climáticas quanto a LAC, e, por isso, é positivo que a adaptação tenha sido fortalecida na maioria das NDCs da região. O único país que não mencionou a adaptação na sua atualização da NDC foi o Brasil, embora tenha sido mencionado na sua NDC anterior. Embora a mitigação seja o ponto central das NDCs, apresentar objetivos claros e áreas prioritárias para a adaptação é importante uma vez que a maioria das ações e medidas possui benefícios mútuos na mitigação e na obtenção de suporte financeiro.

A maioria dos países definiu metas claras e/ou áreas prioritárias para adaptação, como Cuba, que priorizou medidas de adaptação, com atenção especial às zonas costeiras. Em diversos países, isso foi complementado por metas e/ou ações específicas. O México, por exemplo, apresentou 27 linhas de ação no decorrer de cinco temas gerais, incorporando elementos transversais, como soluções baseadas na natureza, adaptação baseada em comunidades e em ecossistemas, além da adaptação baseada na redução de riscos de desastres.

Os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, sigla em inglês), ou planos similares, foram ou estão sendo desenvolvidos na maioria dos países. Porém, ainda não foram implementados em muitos países, a exemplo da Nicarágua, apesar de terem sido mencionados na primeira NDC enviada.

### RECOMENDAÇÃO

- Quando não implementados, os NAPs (ou planos concretos similares) devem ser desenvolvidos como prioridade para transformar os objetivos estabelecidos nas NDCs em ações e metas concretas.

## FINANCEIRO

### LIÇÕES

Com raras exceções, as NDCs não mencionam os recursos nacionais alocados para a implementação, nem estimam a necessidade financeira

absolutas mais agressivas em toda a economia.

- Países que almejam ou não neutralizar suas emissões devem começar (e relatar) os passos na direção do desenvolvimento de uma estratégia de neutralidade de longo prazo que vise estabelecer metas assim que possível.
- Países com meta de neutralidade devem desenvolver planos de implementação de curto prazo para que se coloquem no caminho certo para essa meta e evitem riscos como ativos estagnados.
- Países que pretendem, especificamente, recorrer às transações do Artigo 6 devem estabelecer um orçamento de carbono alinhado ao 1,5°C, caso contrário, a integridade ambiental de tais transações estará prejudicada. Para que seja possível alcançar a meta de 1,5°C, é muito importante que não haja uma contagem dupla da redução de emissões através das transações do Artigo 6.

total, fazendo desta questão a principal lacuna nas NDCs da região. Uma das exceções é a NDC da República Dominicana, que fornece uma estimativa de custos para as medidas de adaptação e mitigação, além de se comprometer a monitorar os gastos públicos relacionados às mudanças climáticas. Em reconhecimento dessa lacuna, alguns países mencionam que a elaboração dessas estimativas é uma prioridade, ou estabelecem o tipo de mecanismo financeiro que será utilizado sem detalhar os totais.

Diversos países migraram de compromentimentos que dependem de financiamento internacional (metas condicionais) para compromissos total ou parcialmente incondicionais (ex.: Argentina, Chile, Colômbia), ou expandiram os componentes incondicionais (ex.: Jamaica e Suriname). Países como a Colômbia mencionaram que seus compromissos nas NDCs são incondicionais, no entanto, buscarão aumentar proativamente o suporte internacional para mobilizar ações visando cumprir com suas metas ambiciosas. Na sua NDC de 2015, o Brasil mencionou que sua implementação não dependia de suporte internacional. Essa afirmação, no entanto, foi removida, o que nos leva a dúvidas se, na nova versão, o Brasil condiciona ou não o cumprimento de sua NDC ao recebimento de financiamento internacional.

Apenas um país (Suriname) estabelece o financiamento internacional como condicional para o cumprimento de suas metas estimando custos e fornecendo detalhes da implementação, incluindo duração e localização dos projetos, objetivos e tipos de financiamento esperados. Nos outros países, até mesmo a fundamentação para as metas condicionais está ausente, a qual é um elemento-chave no desenvolvimento de um pedido forte de suporte financeiro para os países e instituições doadoras.

## RECOMENDAÇÕES

- Os países devem dar os passos necessários para identificar suas necessidades financeiras. A credibilidade das metas será ampliada significativamente quando as necessidades financeiras forem estimadas e a alocação de recursos nacionais for feita.
- Os países devem planejar a migração das metas condicionais para as incondicionais.

- Países com metas condicionais devem estabelecer necessidades claras e acionáveis para o financiamento internacional – quanto é necessário, de que tipo e o que será alcançado – para permitir o financiamento a partir de fontes privadas além de doadores multilaterais e bilaterais.

## 2. INCENTIVANDO MUDANÇAS SISTÊMICAS

### LIÇÕES

A maioria dos países expandiu a abrangência setorial das suas NDCs. Mas entre as seis maiores economias da região, apenas a Colômbia relata metas setoriais específicas. Metas setoriais são essenciais para a credibilidade da NDC, para o monitoramento da sua implementação e para fins de transparência. A importância do setor de agricultura, floresta e outros usos da terra é reconhecida com metas ou atividades específicas para o uso da terra na maioria dos países. O Suriname se comprometeu a manter 93% da sua cobertura florestal (condicional a financiamento internacional) e a aumentar suas áreas protegidas. O México inclui uma ampla gama de medidas nesse setor, incluindo a promoção de sistemas agroflorestais, tratamento sustentável de resíduos da pecuária e uma estratégia para a neutralidade no desmatamento.

Saúde e educação são mencionadas como importantes setores estruturais na maioria dos países, com outros setores, como o turismo (ex.: República Dominicana e Costa Rica) e segurança alimentar mencionados em outros (ex.: Granada).

Há o comprometimento a uma transição justa no Chile, Colômbia, Costa Rica e Suriname, com a Colômbia também abordando o impacto da COVID-19. Boa parte dos outros países menciona políticas sociais de igualdade de forma mais geral.

### RECOMENDAÇÕES

- Metas setoriais são essenciais para a implementação, monitoramento, credibilidade, previsibilidade e para transparência. Os países devem se esforçar para incluí-las nas suas NDCs.



- As economias maiores, especialmente, devem se assegurar de que haja metas quantitativas e planos estabelecidos para todos os setores. Países de menor renda devem expandir a quantidade de setores abrangidos pelas metas setoriais como um passo na direção de uma meta para toda a economia.
- Políticas sociais que abordem questões de igualdade e transição justa devem ser estabelecidas nos poucos países nos quais estão ausentes, para proteger as partes vulneráveis da população.



### 3. INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

#### LIÇÕES

Um processo amplamente participativo foi descrito em todas as NDCs, com exceção do Brasil e de Cuba, e há exemplos de boas práticas em diversos países, como no Chile, Equador, Panamá e Colômbia (ver o Estudo de Caso). No entanto, os detalhes estão muitas vezes ausentes sobre como a informação foi divulgada e como as informações recebidas foram incorporadas na NDC. Isso é especialmente importante no contexto da transparência, na construção de confiança e na responsabilização do plano. Exceções incluem a Costa Rica, que consultou grupos vulneráveis não normalmente consultados, incluindo, entre outros, afrodescendentes, transexuais, povos indígenas e idosos, além de apresentar detalhes sobre como as informações foram divulgadas e sobre as contribuições recebidas. A Plataforma Indígena para as Mudanças Climáticas dá às comunidades indígenas do Peru uma voz com os tomadores de decisões.

Estruturas participativas de governança foram descritas na maioria das NDCs. As exceções são o Brasil, Cuba e Jamaica, nos quais a estrutura de governança não foi descrita ou não ficou claro como será garantida uma ampla participação.

#### RECOMENDAÇÕES

- Os poucos países sem um processo participativo e inclusivo devem estabelecer um processo que garanta que todas as partes interessadas participem da elaboração e implementação da NDC.
- Para fins de transparência, os processos de compartilhamento de minutas e incorporação de *feedback* devem ser descritos nas NDCs.
- Os países que ainda não desenvolveram estruturas participativas de governança devem fazê-lo para garantir o engajamento significativo de governos subnacionais e entidades não estatais.



### 4. CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### LIÇÕES

Apenas o Brasil e Cuba não fizeram uma ligação clara com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em muitos países, tanto os vínculos gerais quanto específicos entre ações/metodologias e ODS foram formados. O Chile descreve claramente a correlação entre seus compromissos e os ODS. Na maioria das vezes, essa ligação é feita entre a adaptação e os ODS, mas também com a mitigação em alguns países.

Dada a importância do uso das terras e da agricultura para a maioria dos países da região, seria esperado que soluções baseadas na natureza (SbN) pudessem oferecer uma contribuição significativa. Isso foi reconhecido na maioria dos países, mas tanto o Brasil quanto Granada não fortaleceram essa área quando comparado às suas NDCs anteriores. A Argentina menciona uma adaptação baseada em ecossistemas, mas não apresenta metas ou métricas para a avaliação da contribuição. As

metas mais comumente apresentadas são de proteção ou restauração florestal, mas diversos países também apresentaram metas quantitativas similares em outros ecossistemas, como nos oceanos e bacias hidrográficas. No Equador, o Plano de Ação REDD+ “Forests for Good Living” 2016-2025 não só ajuda a proteger as florestas, como também oferece apoio às comunidades rurais e indígenas para que melhorem seus meios de subsistência. Em 2019, o Equador se tornou um dos primeiros países a receber apoio internacional para o financiamento baseado em resultados do REDD+, recebendo 18,5 milhões de dólares do Fundo Verde para o Clima. O Chile incluiu as mudanças climáticas no manejo das áreas de proteção marinhas. A área de proteção Rapa Nui (com aproximadamente o tamanho do Chile), perto da Ilha de Páscoa, proíbe a pesca industrial e a mineração, mas a pesca tradicional é permitida. É uma das poucas áreas protegidas onde os povos indígenas votaram para estabelecer seu perímetro e nível de proteção.

## RECOMENDAÇÕES

- Quando não incluído, os países devem fazer a ligação entre ações específicas contra as mudanças climáticas e os ODS para ajudar a garantir o alinhamento com as estratégias mais amplas de desenvolvimento e metas nacionais.
- Os países que ainda não o fizeram, devem considerar todos os tipos de ecossistema que possam oferecer benefícios climáticos, incluindo os oceanos, quando adequado, além de incluir o suporte técnico e financeiro necessário para alcançar seus resultados. Recursos úteis de estruturação estão disponíveis no WWF.
- A contribuição das SBNs para a mitigação e adaptação deve ser reconhecida através do estabelecimento de metas mensuráveis, incluindo atividades marítimas e costeiras.





## 5. MONITORANDO O PROGRESSO

### LIÇÕES

Há um cenário misto no que se refere a um sistema nacional de transparência para monitorar a implementação, com uma divisão quase igual no número de países que possuem um sistema existente, que relatam o compromisso de criar tal sistema e que não apresentam nenhuma informação concreta. Países como o Panamá e o Equador expressaram a intenção de desenvolver um sistema de rastreamento, enquanto a Colômbia relatará os indicadores de monitoramento nos Relatórios Bienais de Transparência tanto para as emissões de GEE quanto para as reduções de emissões. A República Dominicana estabeleceu um sistema nacional de monitoramento, divulgação e verificação desenvolvido com o apoio da Iniciativa para a Transparência da Ação Climática (ICAT, sigla em inglês), incluindo sua arquitetura institucional para monitorar o financiamento.

### RECOMENDAÇÃO

- Os países sem um sistema nacional ou planos concretos para seu desenvolvimento devem abordar essa questão como prioridade. Monitorar o progresso é um processo importante para estabelecer credibilidade, permitir uma correção de curso se necessário e evitar consequências inesperadas.



## 6. A OPORTUNIDADE PARA UMA RECUPERAÇÃO VERDE

Diversos países da LAC já reconheceram a oportunidade de alinhar a recuperação econômica pós-COVID-19 com atividades relacionadas ao clima como uma forma de alcançar tanto uma recuperação mais rápida da economia, quanto a proteção do meio ambiente

- conhecido como Recuperação Verde. No entanto, serão necessários maiores esforços para alinhar a revisão das NDCs aos pacotes de recuperação econômica pós-COVID. Oportunidades para a redução das emissões e para melhorar a qualidade do ar promovendo, por exemplo, o transporte limpo através de ações como a expansão dos sistemas de ônibus de trânsito rápido (BRT) também trazem benefícios econômicos. Em resposta à pandemia, a Costa Rica lançou uma estratégia de bioeconomia para gerar empregos e apoiar meios de subsistência, enquanto o uso sustentável e reabilitação da natureza são garantidos diante das mudanças climáticas. As ações previstas incluem o uso sustentável da biodiversidade e o ecoturismo em corredores biológicos.

O Peru reconheceu a importância dos “esforços para se alcançar a reativação econômica e uma transição para uma economia mais sustentável e verde<sup>1</sup>” no desenvolvimento das suas NDCs. A Colômbia também aprovou recentemente uma Política de Recuperação Nacional, que estabelece a política e materializa um plano de investimento de mais de 135 bilhões de dólares. A estratégia é composta por 33 linhas de trabalho e 141 ações específicas, que buscam consolidar processos como a transformação energética, a bioeconomia e a economia circular, com planos que incluem a redução da pobreza, da vulnerabilidade econômica das famílias e a desacumulação de capital humano.

Outros países já deram início aos seus esforços de recuperação, embora nem todos estejam bem alinhados com uma transição para uma baixa emissão de carbono. A Argentina, por exemplo, visa proteger a indústria de óleo e gás para que não derrubem preço e demanda. A busca de tal consonância deve ser uma prioridade chave para a região. Essa é uma oportunidade de se criar uma transição justa e verde, rumo a economias ambiental e socialmente sustentáveis que gerem novas fontes de renda, equidade e inclusão social, enquanto impedem e reverterem a perda da biodiversidade e enfrentam as mudanças climáticas.

<sup>1</sup> Fonte: Gabriel Guijandria, Ministro do Meio Ambiente do Peru no vídeo “Peru CAEP Spotlight NDC Partnership”.



## **RECOMENDAÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTABELECEM AS CONDIÇÕES CERTAS PARA A RECUPERAÇÃO VERDE**

- Viabilizar e incentivar investimentos que maximizem os benefícios ambientais e sociais como, por exemplo, o aumento do uso de energia renovável e o fortalecimento do papel de políticas de eficiência energética nos planos de recuperação da indústria.
- Estimular investimentos nas transformações de setor em áreas como o transporte urbano para enfrentar as mudanças climáticas e reduzir a desigualdade e vulnerabilidade das populações.
- Cessar o desmatamento enquanto garantem os direitos e meios de subsistência dos territórios locais indígenas.
- Gerar oportunidades através da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, incluindo soluções baseadas na natureza, como a conservação e a recuperação de mangues ou ampliação de áreas florestais administradas por comunidades para abordar questões sociais e econômicas.

# ESTUDO DE CASO INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO NA COLÔMBIA

Inclusividade e participação foram componentes fortes nas NDCs da LAC. No Equador, viu-se uma abordagem pioneira para a transversalização de gênero, apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ONU Mulheres. No Panamá, consultas públicas foram realizadas com foco na igualdade de gênero, presença de grupos minoritários, pessoas jovens e idosas, escolarizados e não alfabetizados. Abaixo, destacamos as lições e desafios da NDC da Colômbia na condução de um processo inclusivo e participativo. A NDC reconheceu diversos elementos-chave: abordagem étnica, de gênero e dos direitos humanos diferenciada, a importância de uma transição justa, a articulação entre metas territoriais e setoriais, e a contribuição do setor privado.

## NDC DA COLÔMBIA

### VISÃO GERAL

O governo colombiano submeteu oficialmente sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no dia 29 de dezembro de 2020, comprometendo-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 51% até 2030, em comparação ao parâmetro projetado e ao desenvolvimento promissoramente acelerado, sustentável e resiliente. Isso tornou a Colômbia o único país em desenvolvimento a fazer parte do “clube +50%” de líderes climáticos, ao lado do Reino Unido, UE, Noruega e EUA.

A meta da Colômbia para 2030 vem acompanhada de mais de 30 medidas de mitigação e adaptação para torná-la realidade. O compromisso de 51% está alinhado à Estratégia de Longo Prazo (E2050), a qual busca, até 2050, que a Colômbia alcance um desenvolvimento neutro em carbono (quando suas emissões serão compensadas e neutralizadas através de estratégias de captura e armazenamento de carbono).

Como a maioria dos países da América Latina, a Colômbia é um país de

grande diversidade no que se refere à natureza e à cultura. De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), em 2018, 4,4% (1.905.617) da população colombiana se reconheceu como indígena, enquanto 9,34% (4.671.160) pertenceu à comunidade Afro-Colombiana e Raizal Palenquera (NARP). Com 32 departamentos regionais e mais o distrito da capital de Bogotá, o país leva o segundo lugar mundial em biodiversidade (IDEAM, 2018).

A Colômbia contribui com 0,57% das emissões de gases de efeito estufa (IDEAM, 2018), no entanto, é altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. A Terceira Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas (TCNCC) advertiu que todo o território colombiano está sob algum nível de ameaça dos impactos das mudanças climáticas, e que 56% de seus departamentos estão na categoria de ameaça muito alta, principalmente nas regiões andinas e caribenhas. Em

termos de vulnerabilidade, 13% dos departamentos estão na categoria muito alta, principalmente os departamentos localizados na Amazônia colombiana, além de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, regiões nas quais uma grande parte das comunidades étnicas está localizada.

### AValiação DO WWF

Aplicando a lista de verificação NDCs Que Queremos e levando em consideração o fato de que a Colômbia é um país vulnerável e de renda média com relativamente baixas emissões, o WWF considera sua NDC uma das mais ambiciosas da América Latina até o momento – uma NDC Que Queremos. Um aspecto em específico do desenvolvimento significativo da NDC colombiana foi o processo coletivo e participativo aplicado pelo Governo, com apoio do WWF, para garantir contribuições diversificadas à definição de metas nacionais de ambição climática.

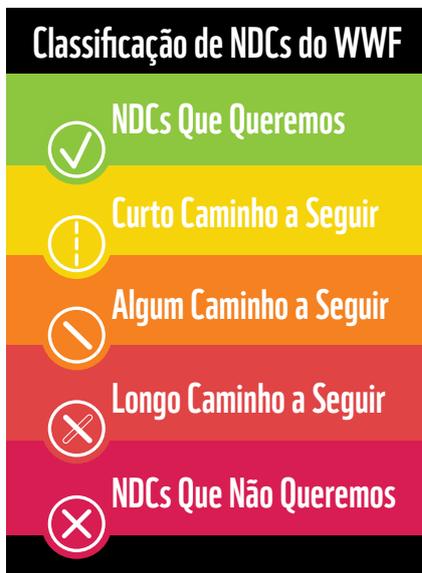


## ABORDAGENS PARTICIPATIVAS

Durante todo o processo de desenvolvimento da NDC, o governo forneceu diversos espaços participativos para a contribuição de especialistas de entidades públicas e privadas, do meio acadêmico e da sociedade civil com o intuito de tirar proveito da expertise e visão nacional para priorizar as medidas de mitigação. O processo adotou abordagens multiculturais e baseadas em gênero para viabilizar a participação de todos esses grupos; e os resultados integraram o envio final da NDC colombiana para a UNFCCC, e as metas nacionais de ambição climática. O processo combinou a coleta e análise de informações descendentes (considerando projeções macroeconômicas e dados nacionais oficiais) e ascendentes (com uma liderança descentralizada entre setores e territórios de medidas de mitigação e adaptação, coordenada e agregada a nível nacional) para criar um processo inovador com foco diferenciado em gênero, etnia, geração e território.

Abordagens participativas integraram diversos esforços e planos a nível nacional, regional e local, como os Planos Abrangentes de Gestão de Mudanças Climáticas (PIGCC), setorial e territorial, a Estratégia Abrangente para Controle do Desmatamento e Manejo Florestal (EDGB), a Estratégia Colombiana para o Desenvolvimento de Baixo Carbono (ECDBC), e o Plano Nacional de Adaptação (PNACC), entre outros. Diversos mecanismos de participação foram implementados, como pesquisas com especialistas, consultas públicas, diálogos com as comunidades e workshops com membros das nove Alianças Regionais pelas Mudanças Climáticas do país. Através da Iniciativa do Compromisso pelo Clima e em parceria com o PNUD, por exemplo, o governo participou de diálogos com mulheres e grupos jovens focados na mobilização de prioridades das ações climáticas, incorporando os resultados no processo da NDC.

Tanto as consultas públicas quanto as com especialistas apoiaram uma maior ambição climática nas metas nacionais e a discussão do papel da cooperação internacional. Além disso, o processo reforçou a importância da integração de oportunidades transversais, como de direitos humanos, transição justa e igualdade de gênero em todas as NDCs e durante todo o planejamento nacional para o clima.



Como um membro ativo da sociedade civil colombiana, o WWF apoiou o processo participativo, trabalhando em conjunto com o Ministério Nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com o Banco Mundial na 'Estratégia de Participação e Comunicação para o processo de atualização da NDC'. O objetivo do processo foi fortalecer a inclusividade de diferentes atores e grupos no processo de consulta. Para isso, a divulgação das informações técnicas da NDC para diferentes grupos de formas claras, simples e compreensíveis foi um fator essencial, focando nossos esforços no suporte daqueles em comunidades étnicas e rurais. Para viabilizar uma participação efetiva dos cidadãos, diversas mensagens direcionadas sobre o processo da NDC foram elaboradas para diferentes grupos e partes. Isso viabilizou uma abordagem multicultural baseada em gênero, customizada ao nível de conhecimento e necessidade de informação de cada parte. Entre as ferramentas utilizadas, fez-se o uso de vídeos, peças gráficas nas redes sociais e outras mídias e streaming ao vivo sobre o conteúdo e processo de atualização da NDC.

## CONCLUSÃO

O Artigo 12 do Acordo de Paris destaca a importância de uma melhor participação pública e acesso à informação no contexto da definição de metas nacionais. A participação efetiva e significativa no processo da NDC é essencial para garantir que os compromissos nacionais respeitem os direitos das comunidades e contribuam para melhorias sociais e igualdade de gênero e justiça social. Isso também está alinhado ao apoio público

## Lista de verificação da WWF para avaliação da NDC de 2020 da Colômbia

Mitigação
Adaptação
Financeiro
Incentivando mudanças sistêmicas
Inclusão e participação
Contribuição para o desenvolvimento
Monitorando o progresso

Classificação da Colômbia após avaliação:

para medidas climáticas, estabelecendo, assim, metas nacionais mais fortes para a redução de emissões e uma maior resiliência climática.

A Rede de Ação Climática Internacional, da qual o WWF é membro, destaca a necessidade de criação de processos participativos claramente inclusivos, transparentes e vinculativos, permitindo que grupos marginalizados e menos representados tenham sua voz ouvida. Isso trará soluções que abordarão as principais preocupações e desafios daqueles afetados pelas mudanças climáticas e oferecerá soluções reais com o potencial de uma implementação de sucesso a nível local.

No presente ciclo de atualizações de NDCs, a Colômbia é um dos muitos países da América Latina que lidera mundialmente a participação no desenvolvimento da NDC: Chile, Costa Rica, Equador, Granada e Panamá, entre outros, ampliaram os horizontes na promoção da participação, e todos obtiveram pontuações altas na Lista de NDCs Que Queremos do WWF.

A sociedade civil, os governos subnacionais e outras partes interessadas precisam estar totalmente engajados no desenvolvimento e elaboração das políticas de mudanças climáticas que os influenciarão e serão implementadas por eles. A participação pública precisa ser contínua e significativa durante todo o desenvolvimento e implementação da NDC, e ir além da mera presença e participação em workshops. Esperamos que os países da LAC possam seguir as boas práticas da região até agora e na nossa análise NDCs Que Queremos.

# 17 PAÍSES DA LAC AINDA NÃO SUBMETERAM SUAS NDCs

Há 33 países na região LAC no total. Deles, avaliamos 15 das 16 NDCs enviadas (a avaliação da NDC de Santa Lúcia ainda está pendente pelo WWF)





Trabalhamos pela conservação da natureza, pelas pessoas e pela vida selvagem.

#JuntosÉpossível

[wwf.org.br](http://wwf.org.br)

© 2019

© 1986 Símbolo do Panda WWF World Wide Fund for Nature (antigo World Wildlife Fund)

® "WWF" é uma marca registrada do WWF. WWF, Avenue du Mont-Bland, 1196 Gland, Suíça. Tel. +41 22 364 9111. Fax +41 22 364 0332.

**PARA INFORMAÇÕES DE CONTATO E MAIORES INFORMAÇÕES, FAVOR ACESSAR NOSSA PÁGINA INTERNACIONAL EM [WWW.PANDA.ORG](http://WWW.PANDA.ORG)**